

SANTUÁRIOS RUPESTRES NO OCIDENTE DA *HISPANIA* INDO-EUROPEIA. ENSAIO DE TIPOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO

Maria João Correia Santos

INTRODUÇÃO

*Si tibi occurrerit vetustis arboribus et solitam altitudinem egressis
frequens lucus et conspectum caeli [densitate] ramorum aliorum alios
protegentium summovens, illa proceritas silvae et secretum loci et ad-
miratio umbrae in aperto tam densae atque continuae fidem tibi numinis
faciet.*

Seneca, *Epistulae Morales*, 4, 41, 3-4

Um santuário é, por definição, um espaço onde a comunicação com o divino é possível, onde a *re-ligio* se concretiza em si mesma e se torna realidade. Esta noção encontra-se estreitamente vinculada ao lugar em si mesmo, independentemente de este apresentar estruturas construídas ou não. Um lugar sagrado revela-se por si próprio e, mais do que as características físicas que este possa apresentar — tais como a sua situação topográfica, a eventual presença de eminentes afloramentos rochosos, nascentes ou cursos de água, determinadas espécies vegetais que possam estar aí localizadas —,¹ é o impacto emocional que a dada altura desperta nos indivíduos que assinala a sua sacralidade. Por conseguinte, um lugar sagrado nunca é escolhido: ele revela-se por si mesmo, e é justamente essa revelação que Séneca descreve ao seu amigo Lucílio Júnio, governador da Sicília.

Na Península Ibérica, uma realidade que continua a despertar o fascínio tanto de investigadores, como de curiosos, diz respeito aos chamados santuários rupestres. É, desde logo, muito interessante que, apesar de ser algo bastante distinto dos espaços de santuário que conhecemos nos antigos territórios da

¹ Vide Marco 1999, 147-164.

Galia e *Germania*, estes sítios se concentrem na área onde a linguística indica uma sólida tradição Indo-europeia.² Da mesma forma, o seu elevado número e as suas características morfológicas chamam a atenção para um fenómeno que definitivamente precisa de ser explicado (fig. 1).

Sumariamente, estes sítios caracterizam-se pela repetição e associação de vários elementos, sempre talhados na rocha: degraus, geralmente em número ímpar e pias ou cavidades, frequentemente com canais de escoamento e, por vezes, associadas ou na imediata proximidade de inscrições rupestres.

O facto de alguns destes monumentos terem sido indiscutivelmente utilizados em época romana, levou vários investigadores (Silva 1986, 300; Rodríguez Colmenero 1993, 61; Fabião 1993, 253) a considerá-los como manifestações surgidas unicamente no quadro da Romanização. Outros, porém, são de opinião de que se tratam de estruturas de origem indígena, pré-romana (Posac 1953, 67; Ruiz Zapatero e Alvaréz-Sanchís 1999; Bonnaud 2006, 197; García Quintela e Santos Estévez 2008; Fabián Garcia *in prensa*). O exemplo mais citado desta situação é, sem dúvida, Panóias (Vale de Nogueira, Vila Real), cujos componentes epigráficos se encontram claramente datados,³ muito embora vários aspectos indiquem, também claramente, a utilização do local em época anterior.

A aparente ausência de quaisquer vestígios arqueológicos associados que permitam aferir a cronologia e a funcionalidade deste tipo de estruturas, tem consecutivamente desmotivado o seu estudo, levando a que seja actualmente um dos temas olhados com maior desconfiança pelos investigadores. Mas, de entre os vários problemas que se colocam ao seu estudo, o mais grave é, redundantemente, a ausência de estudo. É assim que, de um total de quase centena e meia de sítios referidos como santuários rupestres, são pouquíssimos os que até agora foram alvo de um estudo científico⁴ e locais tão claramente importantes como Panóias ou Pena Escrita (Vilar de Perdizes, Montalegre), amplamente referidos na bibliografia, continuam ainda por escavar.

Nos últimos anos, tem-se assistido ao crescimento do interesse por este tipo de estruturas, com o aparecimento de vários trabalhos neste âmbito,⁵ con-

² Segundo Untermann 1962, 19-33; 1965, 8-25; 1992, 19-33; 1999, 509-512. Aspecto que subjaz à definição de *Hispania Indo-europeia* aqui adoptada, atendendo à dificuldade de “filiação” étnica de vários *populi*, como é, por exemplo, o caso dos Lusitanos (Correia Santos 2009, 181-193).

³ Entre o final do século II e o início do III century, como indica a referência a Serapis e a fórmula *diis deabusque* (Raepset-Charlier 1993).

⁴ Cadeirão da Quinta do Pé do Coelho e Penedo dos Mouros (Tente e Lourenço 2000, 775-792), Monreal de Ariza (Alfayé *et al.* 2001-02, 251-259) e Mogueira (Correia Santos *in prensa c*).

⁵ Benito e Grande 2000; Rodríguez Colmenero 2000; García Quintela 2002; Santos Estévez 2002, 39-94; Benito *et al.* 2003; García Quintela *et al.* 2006; Fabián Garcia *in prensa*; Alfayé 2009.

tinuando, porém, a faltar uma abordagem metodológica que permita considerar e analisar estes sítios no seu conjunto, sistematizando as informações disponíveis e colocando aquelas que nos parecem ser as perguntas certas: quais os critérios que devem ser tidos em conta para classificar um local deste tipo como santuário e de que forma podemos estimar a sua cronologia aproximada. E, se à primeira vista pouco podemos saber, ao sistematizar e contextualizar os dados disponíveis, tornam-se claros vários aspectos que nos permitem ir, talvez, um pouco mais longe.

1. O PARADIGMA *RE-CONHECIDO* DO SANTUÁRIO RUPESTRE DE PANÓIAS

Embora ainda por escavar, o sítio de Panóias (Vale de Nogueira, Vila Real), epigraficamente documentado como santuário, mantém-se como o exemplo mais emblemático deste tipo de locais, a partir do qual podem ser elaborados critérios comparativos que permitem classificar outros locais igualmente neste âmbito. Morfológicamente, trata-se de um local constituído por grandes afloramentos graníticos, nos quais foram talhados degraus e cavidades que parecem definir, no seu conjunto, um determinado percurso; mas, sem dúvida, o mais importante é a presença, *in situ*, de várias inscrições rupestres (fig. 2) que descrevem uma sequência de procedimentos litúrgicos, através dos quais sabemos para que serviam as cavidades a elas associadas (Alföldy 1995, 252-258; 1997, 176-246). Embora actualmente estejamos perante um registo incompleto, na medida em que se conservam apenas três das sete rochas originalmente descritas por Rodrigues de Aguiar e Contador de Argote 1732, 325-347, Panóias constitui a mais importante referência estrutural para este tipo de sítios (fig. 3).

À primeira vista, o santuário de Panóias parece corresponder à iniciativa do senador Gaio Calpurnio Rufino de dedicar este sítio aos cultos mistéricos, então em voga, e portanto, encontrar-se enquadrado inteiramente no âmbito romano. Mas a sua configuração estrutural rupestre é, desde logo, surpreendente — sobretudo se considerarmos o conjunto original das sete rochas talhadas —, facto que não pôde deixar de chamar a atenção dos investigadores. É assim que Tranoy 2004, 90, assinala que “la réputation du sanctuaire indigène de Panóias et la proximité du site par rapport aux mines et aux routes ont du inciter le légat a venir sur place pour honorer de sa visite le sanctuaire et le marquer du sceau de l’influence romaine”.

A origem indígena deste espaço tem sido aceite por vários autores (Silva 1986, 298; Rodríguez Colmenero 2000, 12-38; Tranoy 2004, 90-94) com base na invocação aos *numina* dos *Lapitae* da terceira inscrição, interpretado como etnónimo indígena. No entanto, e à parte a controvérsia que esta interpretação

ainda suscita,⁶ parece-nos ser a própria rocha que mais claramente indica a utilização anterior do local.

É no terceiro afloramento, situado na área mais elevada do recinto e com amplo domínio visual sobre todo o conjunto, que se apresentam vários entalhes que documentam diferentes fases de utilização desta rocha. O acesso é feito através de uma sequência de nove degraus, de feição mais grosseira e irregular do que os existentes nas outras rochas e que conduzem a cinco grandes cavidades rectangulares abertas no afloramento, duas das quais no interior de um recinto quadrangular (fig. 4). Em primeiro plano, porém, apresentam-se três cavidades circulares, de origem natural e artificialmente alargadas, duas das quais apresentam canais de escoamento. Pouca importância tem sido dada a estas estruturas,⁷ que são, porém, da maior relevância, na medida em que documentam uma etapa de utilização claramente anterior à construção das estruturas ortogonais que, tipologicamente, se associam ao conjunto epigráfico. É assim que uma destas cavidades se apresenta cortada pelos alicerces do pequeno templo aí situado (fig. 5), correspondente a uma segunda fase de utilização da rocha.

De quando datará essa primeira utilização é, porém, algo impossível de averiguar sem a escavação do local, mas, mais uma vez, é a rocha que nos oferece uma pista, ao evidenciar um elemento que recorrentemente iremos encontrar: a pia circular de origem natural com canal de escoamento. Nesta nova óptica de abordagem, longe de ser um paradigma algo perdido, Panóias torna-se o paradigma *re-conhecido* no âmbito destes espaços. Como santuário rupestre, propomos assim entender as estruturas sobre suporte pétreo que apresentam a associação de pias ou cavidades de nítida intervenção antrópica a elementos que demarcam o lugar de uma utilização profana, como sejam gravuras ou inscrições rupestres, associados ou não a sequências de degraus.

2. ENSAIO DE TIPOLOGIA

No entanto, se, para Panóias, temos um autêntico manual de instruções epigráfico, que não só indica o local como santuário, mas também a função das diversas cavidades existentes, o mesmo não acontece nos restantes sítios. O panorama é, não obstante, ainda mais complicado, pois, se por um lado, vários aspectos parecem sugerir a origem pré-romana destas estruturas, seja pela sua associação a povoados indígenas não romanizados como é o caso de Ula-

⁶ Ver, este propósito, Gil 1985, 364-369, e Guerra 2002, 148, 157-158.

⁷ Apenas registadas por Russel Cortez 1947, Silva 1986, fig. 17 e Rodríguez Colmenero 2000, 48.

ca (Ávila) ou a gravuras rupestres, como acontece em Três Rios (Tondela) ou Mogueira (Resende); por outro lado, em locais atestados inequivocamente como santuários pela presença, *in situ*, de inscrições votivas, escritas em língua indígena e dedicadas a divindades indígenas, como sejam o Cabeço das Fráguas (Guarda) ou Lamas de Moledo (Castro Daire), não encontramos quaisquer estruturas deste tipo. De que forma poderemos explicar esta situação? Uma coisa é, porém, clara: para entender melhor este tipo de sítios, antes de mais, há que olhar em seu redor.

No sentido de sistematizar os dados para um melhor rastreio das características inerentes a estes espaços, há primeiro que contextualizá-los no âmbito do que podemos considerar como lugares de culto de tradição indígena. Nesta categoria genérica, podemos distinguir cinco grandes grupos: A, estruturas rupestres com cavidades e degraus; B, estruturas rupestres com cavidades, mas sem degraus e por vezes associadas a gravuras rupestres; C, locais documentados como santuários pela presença de inscrições *in situ*, mas sem quaisquer estruturas rupestres; D, espaços subterrâneos; e E, estruturas construídas, geralmente no seio de povoados.

A metodologia adoptada envolveu a recolha exaustiva de todos os dados e informações disponíveis e a sua sistematização por categorias numa base de dados, de modo a agilizar a consulta de dados, a sua correcção e, sobretudo a sua comparação. Consideraram-se aspectos desde a sua localização geográfica e implantação na paisagem às diversas características físicas apreciáveis. Tendo em atenção que o principal objectivo da investigação que subjaz a este trabalho é esclarecer a cronologia e a funcionalidade das estruturas que agrupámos sob os grupos A e B, o procedimento envolveu o registo e a comparação do tipo de cavidades e degraus e a sua respectiva dimensão, localização, e *ratio* de associação entre os diferentes tipos de entalhes. As cavidades consideradas neste âmbito correspondem unicamente a estruturas de nítida intervenção antrópica, muito embora algumas possam ter origem natural, e com dimensões muito específicas na sua diversidade que, porém, as demarcam de forma inequívoca de outro tipo de entalhes rupestres como sejam as lagaretas.

É sobre o grupo A, que melhor ilustra as vantagens deste procedimento tipológico, que iremos aqui centrar a nossa atenção. Observando comparativamente os seus elementos constituintes, regista-se, desde logo, o que parece ser uma certa evolução morfológica, sendo possível distinguir três tipos, ou, para ser mais audaz, três etapas: o Tipo A.1, em que domina o reaproveitamento de cavidades de origem natural, com canais artificiais; o Tipo A.2, em que se associam cavidades de origem natural a pias artificiais e entalhes em forma de assento; e o Tipo A.3, em que dominam as cavidades ortogonais, por vezes associadas a inscrições rupestres ou altares votivos.

Um bom exemplo do Tipo A.1 é o chamado altar rupestre do castro de Ulaca (Solosancho, Ávila), incluído numa espécie de *themenos* rectangular, talhado na própria rocha (Posac 1953, 67). A escavação desta área em particular e da sua imediata envolvente foi, no entanto, algo inconclusiva, apenas reafirmando tratar-se de um espaço ocupado durante a II Idade do Ferro e sem traço de Romanização (Ruiz Zapatero, Álvarez-Sanchís 1999, 39). A estrutura é formada por uma dupla sequência de degraus, respectivamente de nove e sete, associada a três cavidades de origem natural, conectadas por um grande canal artificial que conduz quaisquer líquidos aí vertidos directamente para o solo, segundo um desnível progressivo (fig. 6).

Ainda outro exemplo do tipo A.1 é a Rocha da Mina (Alandroal), localizado precisamente no meio de uma impressionante formação rochosa tripla, com amplo domínio visual (fig. 7). Aqui, regista-se uma sequência de cinco degraus que conduzem unicamente à vertente escarpada do precipício que se abre a seus pés (fig. 8), associada, porém a uma cavidade natural (fig. 9), claramente reaproveitada, em cujas paredes se observam vários entalhes paralelos e simétricos, que indicam a sua inequívoca estruturação (fig. 10).

O tipo A.2, ou seja, sítios em que se encontram associados degraus, cavidades e entalhes em forma de assento, encontra-se bem representado em território português, pelo Cadeirão da Quinta do Pé do Coelho (Vila Nova de Tazém, Gouveia), situado numa área de planalto que domina o vale da Ribeira de Girabolhos. Esta estrutura, inteiramente talhada num bloco de granito, apresenta na sua base uma cavidade sub-triangular com um pequeno orifício de escoamento, à qual se sucedem três degraus que conduzem a uma ampla estrutura em forma de cadeirão (fig. 11). A cerca de 25 metros, encontra-se uma estrutura semelhante, constituída, no entanto, apenas pelo *cadeirão* propriamente dito, no qual se observa o cuidadoso desbaste da superfície à altura do colo que implica, a quem aqui se sente e se encoste completamente, a total exposição da garganta e o reclinar da cabeça (fig. 12). Muito embora esta estrutura possa ter sido ligeiramente movida da sua posição original, há que ter em conta que, atendendo ao seu peso e dimensão, esta não terá sido muito diferente da actual. Infelizmente, a pequena escavação arqueológica conduzida no local por Tente e Lourenço 2000, 777, foi totalmente inconclusiva.

Outro exemplo é o sítio de Cadeiras dos Mouros (Junceira, Tomar), situado junto a um ribeiro e que corresponde a um pequeno recinto, inteiramente talhado no afloramento rochoso. Este recinto inclui uma estreita passagem, aberta na rocha, que estabelece a ligação entre o curso de água e uma pequena plataforma rectangular que, por sua vez, dá acesso a uma estrutura em forma de cadeirão (fig. 13), diante da qual se encontram duas cavidades quadrangulares paralelas e de idêntica dimensão (fig. 14). Mas ainda mais curioso, é a existência de uma pequena cavidade circular com um canal de es-

coamento, posicionada à direita da cabeceira do “cadeirão” (fig. 15) de modo que, quem aí se sentar, recebe o eventual líquido derramado directamente sobre a cabeça, se se tratar de uma criança, ou o ombro direito, tratando-se de um adulto, consoante a posição assumida.

Por fim, o tipo A.3, ou seja, sítios onde se verifica a associação de degraus, cavidades ortogonais e, ocasionalmente, elementos epigráficos, encontra-se representado por Panóias, mas igualmente pelo sítio de Pena Escrita (Vilar de Perdizes, Montalegre). Situado numa área de planície junto à actual Serra do Larouco,⁸ este sítio é habitualmente relacionado com o culto ao indígena *Larauco*, através de uma das aras votivas achadas na sua proximidade.⁹ O sítio em si mesmo, é, porém, geralmente relegado para segundo plano.¹⁰

Trata-se de uma rocha pouco destacada do solo, na qual foram talhados três degraus estreitos que acedem ao topo, onde se encontra uma cavidade rectangular, demarcada por uma moldura ortogonal tripla (fig. 16). Morfológicamente, a estrutura assemelha-se a um altar votivo, com *foculus* central, parecendo os degraus, demasiado estreitos, obedecer mais a uma necessidade simbólica do que propriamente funcional (fig. 17).

No topo e junto ao último degrau, distinguem-se ainda dois entalhes rectangulares de idêntica dimensão e posicionados segundo um claro eixo de simetria em relação à pia, que recorda as duas aras votivas encontradas relativamente próximo, também de dimensão idêntica entre si. Embora não seja segura a sua relação com esta estrutura, a verdade é que esta situação alerta para a possibilidade de ambos estes entalhes corresponderem aos sócalos de dois altares votivos que, originalmente, aí estariam colocados (fig. 18). O próprio topónimo de “pena escrita”, é neste sentido, sugestivo, pois, na ausência de qualquer inscrição ou gravura rupestre como pudemos comprovar, poderá ter estado relacionado com outros suportes “escritos”, entretanto desaparecidos.

SINTETIZANDO UMA HIPÓTESE DE TRABALHO

Se atendermos agora ao conjunto dos três tipos que distinguimos no grupo A, ilustrados por estes exemplos, parece evidente uma certa evolução morfológica. Como hipótese de trabalho, poderemos assim considerar uma primeira fase, em que eram usadas cavidades de origem natural e que, por exemplo no caso de Ulaca, encontramos associadas a contextos indígenas não

⁸ Para a descrição detalhada e localização exacta *vide* Correia Santos *in prensa* a.

⁹ Uma dedicada a *Larauco* e a outra a Júpiter. Veja-se, a este propósito, Tranoy 1981, 281; Garcia 1991, 409; Rodríguez Colmenero 1997, 64-65, 148; Búa 2000, 65, 406.

¹⁰ Rodríguez Colmenero 1979, lam. 12; Fontes 1978; 1980, 21; Tranoy 1981, 281; Blázquez 1983, 230-231; Rodríguez Colmenero 1987, 21; Vaz 2002, 41.

romanizados; uma segunda fase, em que às cavidades naturais se juntam pias artificiais e outros elementos, como sejam os entalhes em forma de assento; e uma terceira fase, caracterizada apenas por cavidades artificiais, geralmente ortogonais e por vezes associadas a componentes epigráficos e achados de superfície de época romana. E, se esta aparente evolução emerge do estudo comparativo destes locais, é inclusivamente possível rastreá-la num mesmo sítio como Panóias, onde, pelo menos duas fases de ocupação estão claramente documentadas: uma primeira etapa, representada pelo uso das pias redondas de origem natural e uma segunda fase, relacionada com as inscrições e as estruturas ortogonais.

No entanto, se, por um lado, podemos encontrar paralelos pré-romanos para o uso de cavidades circulares com canais de escoamento, como sejam os casos de Botelhinha (Alijó, Vila Real, fig. 19) ou Laxe das Rodas (Louro, A Coruña, fig. 20) e, inclusive, para as estruturas em forma de assento que de alguma forma implicam a adopção de uma postura específica do indivíduo, cujo antecedente poderá estar, por exemplo, na Peña de Santa Maria (Iruelos del Mesón Nuevo, Salamanca, fig. 21 e 22); por outro lado, o mesmo não acontece com os degraus. Deveremos, assim, considerar para estas estruturas o que Lambrechts 1954, 28, comentava a propósito dos novos conhecimentos trazidos pela Romanização, graças aos quais os elementos e tradições indígenas terão experimentado um desenvolvimento sem precedentes? Talvez isto ajude a explicar a evolução morfológica que este grupo de sítios parece apresentar e o porquê da sua inexistência em contextos mais conservadores, como seja, por exemplo o caso do Cabeço das Fráguas, apesar da importância religiosa que terá tido este local (Correia Santos *et al.* 2008, 176-178).

Mas isso não implica que todos os sítios que apresentam cavidades sem degraus sejam necessariamente mais antigos, parecendo, em vez disso, obedecer a uma especificidade cultural que hoje se nos escapa. Algo que certamente terá levado três cidadãos romanos de origem itálica a gravar o seu voto aos deuses *Peinticis* de Três Rios (Parada de Gonta, Tondela)¹¹ (fig. 23 e 24). Este sítio, dedicado a uma divindade indígena e localizado no topo de uma elevação inteiramente circundada por três cursos de água, apresenta várias cavidades de pequena dimensão, circulares e ortogonais, na proximidade de uma gravura rupestre (fig. 25) a que, posteriormente, se associaram duas inscri-

¹¹ Vide análise epigráfica e onomástica em Correia Santos *in prensa* a.

¹² Cujas leituras propomos corrigir na primeira para *L(ucius) Manlius D(ecimi) f(ilius) Tr(ibo) Aemilia / . Almus. Peinticis*; e na segunda para *C(aius) Plotius and C(aius? vel Gaius?) Tureius*. Vide leituras anteriores em Untermann 1965, 9; Vaz 1987, 23-25; Rodríguez Colmenero 1993, 144-145.

ções.¹² Se aqui, a componente epigráfica aponta para o final da época republicana, a presença da gravura rupestre evoca indiscutivelmente um horizonte cronológico mais antigo.

Algo semelhante acontece no sítio de Mogueira (São Martinho de Mouros, Resende) que reúne oito inscrições rupestres (Correia Santos *in prensa* a), mas apresenta igualmente duas gravuras. Os trabalhos que aqui desenvolvemos em 2009 (Correia Santos *in prensa* b) permitiram documentar arqueologicamente a cronologia medieval da rocha habitualmente designada como “mesa de altar” e, dessa forma, desvinculá-la do que se supunha ser um santuário rupestre *lusoromano*. O santuário que efectivamente existiu, numa área distinta do proposto até agora, não apresenta quaisquer degraus e está aparentemente relacionado com uma ribeira, em cujas margens se distribuem inscrições (fig. 26) e gravuras rupestres (fig. 27), que comprovam a utilização deste espaço desde o Bronze Final/Idade do Ferro até ao final do século III da nossa era (fig. 28).

Este conjunto de aspectos, evidenciados pela abordagem comparativa e a análise tipológica deste tipo de sítios traduz, quanto a nós, as vantagens desta metodologia. Parece estarmos, assim, diante de uma realidade de origem pré-romana, que no entanto, se manteria, como se mantiveram os antigos cultos, adaptando-se, a novas formas cerimoniais, como a escrita e a novos cânones arquitectónicos, como parecem ser os degraus e os entalhes ortogonais neste tipo de estruturas. Esta parece-nos ser, pelo menos e por agora, a melhor hipótese de trabalho para abrir caminho à hipótese de trabalho seguinte, que será, seguramente, muito melhor.

BIBLIOGRAFIA

- II CLCP: *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 Junio 1976)*, Salamanca 1979.
- Alfayé *et al.* 2001-02: S. Alfayé Villa, B. Díaz Ariño, P. Rodríguez Álvarez e A. Gonzalo, “Actuación arqueológica en la piedra de sacrificios humanos, Monreal de Ariza (Zaragoza)”, *Kalathos* 20-21, 2001-02, pp. 251-259
- Alfayé 2009: S. Alfayé Villa, *Santuários y Rituales en la Hispania Celtica*, Oxford 2009.
- Alföldy 1995: G. Alföldy, “Inscripciones, Sacrificios y Misterios: El Santuario Rupestre de Panóias. Informe Preliminar”, *MM* 36, 1995, 252-258.
- Alföldy 1997: G. Alföldy, “Die Misterien von Panoias (Vila-Real, Portugal)”, *MM*, 38, 1997, 176-246.
- Argote 1732: J. C. de Argote, “Da cidade de Panóias e das antiguidades e vestígios que actualmente existem dela”, *Memórias para História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, VII, II, 1732, pp. 325-347.

- Benito *et al.* 2003: L. Benito del Rey, H. A. Bernardo e M. Sánchez Rodríguez, *Santuários rupestres prehistóricos de Miranda do Douro (Portugal) y de su entorno de Zamora y Salamanca (España)*, 2 vols., Salamanca 2003.
- Benito e Grande 2000: L. Benito del Rey e R. Grande del Brío, *Santuários rupestres prehistóricos en el Centro-oeste de España*, Salamanca 2000.
- Blázquez 1983: J. M^a Blázquez, *Primitivas Religiones Ibéricas: II, Religiones Prerromanas*, Madrid 1983.
- Búa 2000: J. C. Búa Carballo, *Estudio Lingüístico de la Teonimia Lusitano-Gallega*, Tesis Doctoral inédita, Universidad de Salamanca 2000.
- Correia Santos 2009: M. J. Correia Santos, “Lusitanos y Vettones en la Beira Interior portuguesa: la cuestión étnica en la encrucijada de la arqueología y los textos clásicos”, *Actas de las Jornadas Arqueológicas de Cáceres: Lusitanos y Vettones*, Cáceres 2009, 181-196.
- Correia Santos *in prensa a*: M. J. Correia Santos, “Inscrições rupestres do Norte de Portugal: novos dados e problemática”, *Syllogue Epigraphica Barcinonensis*.
- Correia Santos *in prensa b*: M. J. Correia Santos, “O sítio arqueológico do Castelo de Mogueira (São Martinho de Mouros, Resende) no contexto dos santuários rupestres a Hispânia indo-europeia”, *Conimbriga*.
- Correia Santos *et al.* 2008: M. J. Correia Santos, T. G. Schattner, V. Pereira, “O Cabeço das Fráguas (Quinta de Sao Domingos), 2006: O Contributo da Primeira Campanha de Escavações”, *Praça Velha*, nº 24, Guarda, 2008, 175-202
- Fábian García *in prensa*: J. F. Fábian García, “Altares rupestres, peñas sacras y rocas con cazoletas. Ocho nuevos casos abulenses y uno salmantino para la estadística, el debate y la reflexión”, *MM* 49.
- Fabião 1993: C. Fabião, “A romanização do actual território português”, en: J. Mattoso (dir.), *Historia de Portugal*, Lisboa 1993, 203-299.
- Fontes 1978: A. L. Fontes, “Aras romanas e terras de Barroso desaparecidas”, en: *Sep. Milenário de S. Rosendo*, Montalegre : [s.n.], Braga 1978.
- García 1991: J. M. García, *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos*, *Fontes Epigráficas*, Lisboa 1991.
- García Quintela 2002: M. V. García Quintela, “Imágenes, textos, paisajes e ideas: los santuarios castreños en contexto”, en: M. A. Castiñeiras y F. Díez Platas (eds.), *Profano y pagano en el arte gallego*, S. 14, Santiago de Compostela 2002, 95-149.
- García Quintela *et al.* 2006: M. V. García Quintela, R. Brañas Abad, F. Criado Boado, C. Parceros Oubiña e M. Santos Estévez, *Soberanía e Santuarios na Galicia Castrexa*, Touxosoutos, A Coruña 2006.

- García Quintela e Santos Estévez 2008: M. V. García Quintela, M. Santos Estévez, *Santuarios de la Galicia Céltica. Arqueología del Paisaje y Religiones Comparadas en la Edad del Hierro*, Madrid 2008.
- Gil 1985: J. Gil, “Notas sobre el Lusitano”, *II CLCP*, 365-370.
- Guerra 2002: A. M. R. Guerra, “*Omnibus Numinibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5.1, 2002, 147-149.
- Hidalgo 2005: J. M. Hidalgo Cuñarro, *Arte Rupestre Prehistórica do Eixo Atlântico*, Vigo-Porto-Bruxelas 2005.
- Lambrechts 1954: P. Lambrechts, *La exaltation de la tête ans la pensée et ans l’art des celtes*, Bruges 1954.
- Marco 1999: F. Marco Simón, “El paisaje sagrado en la España Indoeuropea”, en: J.M^a Blázquez Martínez y R. Ramos (eds.), *Religion y Magia en la Antigüedad*, Valencia 1999, 146-165.
- Posac 1953: C. F. Posac Mon, “Solosancho (Ávila)”, *Noticiario Arqueológico Hispánico* 1, 1953, 63-74.
- Raepset-Charlier 1993: M. T. Raepset-Charlier, *Diis Deabusque Sacrum. Formulaire votif et datation dans les trois Gaules et les deux Germanies*, Paris 1993.
- Rodríguez Colmenero 1979: A. Rodríguez Colmenero, *Augusto e Hispania. Conquista y organización del norte peninsular*, Deusto-Bilbao 1979.
- Rodríguez Colmenero 1997: A. Rodríguez Colmenero, *Aquae Flaviae I: Fontes Epigráficas*, Chaves 1997².
- Rodríguez Colmenero 1993: A. Rodríguez Colmenero, *Corpus-Catalogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante Noroeste de la Península Ibérica*, A Coruña 1993, 76-77.
- Rodríguez Colmenero 2000: A. Rodríguez Colmenero “*Deorum Temene*. Espacio sagrado y santuarios rupestres en la *Gallaecia* romana. Un intento de clasificación”, *Actas do III Congreso de Arqueología Peninsular*, vol. VI, Porto, 2000.
- Russel Cortez 1947: F. Russel Cortez, *Panóias: cividade dos Lapiteas. Subsídios para o Estudo dos Cultos Orientais e da vida provincial romana na região do Douro*, Porto 1947.
- Ruiz Zapatero e Álvarez Sanchís 1999: G. Ruiz Zapatero e J. R. Álvarez Sanchís, “Ulaca la Pompeya vettona”, *Revista de Arqueología* 216, 1999, 36-47.
- Santos Estévez 2002: M. Santos Estévez, “Arte rupestre y recintos rituales en la Edad del Hierro”, en: M. A. Castiñeiras y F. Díez Platas (eds.), *Profano y pagano en el arte gallego*, S. 14, Santiago de Compostela 2002, 39-94.
- Silva 1986: A. C. F. Silva, *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira 1986.

- Untermann 1962: J. Untermann, “Áreas e movimentos linguísticos na *Hispania* pré-romana”, *Revista de Guimarães* 72.1-2, 1962, 5-61.
- Untermann 1965: J. Untermann, “Miscelâneas epigráfico-lingüísticas”, *AEArq* 38, 1965, 8-25.
- Untermann 1992: J. Untermann, “Los etnónimos de la Hispania antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica”, en: M. Almagro-Gorbea y G. Ruiz Zapatero (eds.), *Paleoetnología de la Península Ibérica, Complutum* 2-3, Madrid 1992, 19-33.
- Untermann 1999: J. Untermann, “Alteuropäisch in Hispanien”, en: E. Eggers, J. Becker, J. Udolph y D. Weber, *Florilegium linguisticum. Festschrift für Wolfgang P. Schmidt zum 70. Geburtstag*, Frankfurt am Main 1999, 509-518.
- Tente e Lourenço 2000: C. Tente e S. Lourenço, “O Cadeirão da quinta do Pé do Coelho e o Penedo dos Mouros: primeira interpretação como santuários rupestres”, *Revista de Guimarães, volume especial, Actas do Congresso de Proto-história Europeia, vol. 2*, Guimarães 2000, 775-792.
- Tranoy 1981: A. Tranoy, *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité*, Paris 1981.
- Tranoy 2004: A. Tranoy, “Panóias ou les rochers des dieux”, *Conimbriga* 43, 2004, 85-97.
- Vaz 1987: J. L. I. Vaz, *Roteiro Arqueológico do Concelho de Viseu*, Viseu 1987, 23-25.
- Vaz 2002: J. L. I. Vaz, “Tipologia dos santuários rupestres de tradição paleohispânica em território português”, *Loquuntur Saxa, Religiões da Lusitânia*, Lisboa 2002, 39-42.

Maria João Correia Santos
Instituto Arqueológico Alemão de Madrid
e-mail: santos@madrid.dainst.org

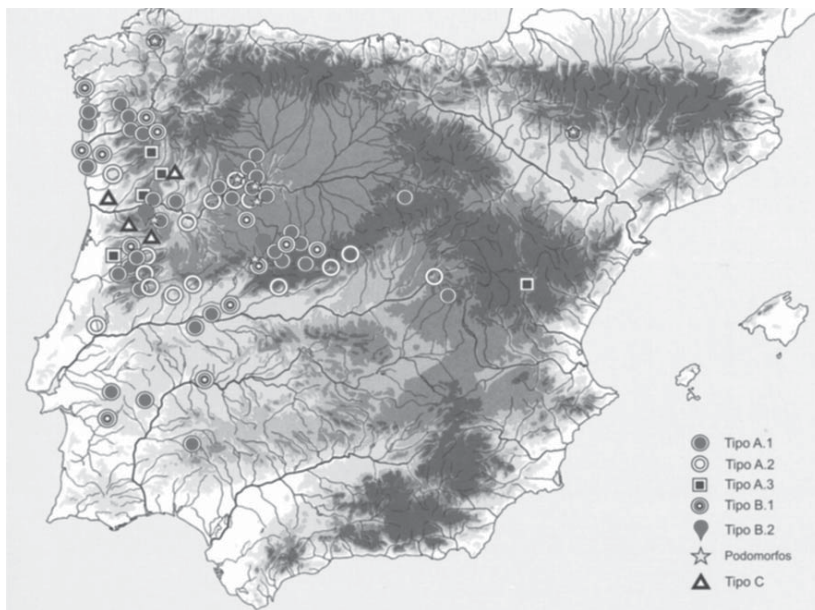


Fig. 1, distribuição dos sítios passíveis de ser classificados como santuários rupestres, de acordo com os critérios propostos (MJS).

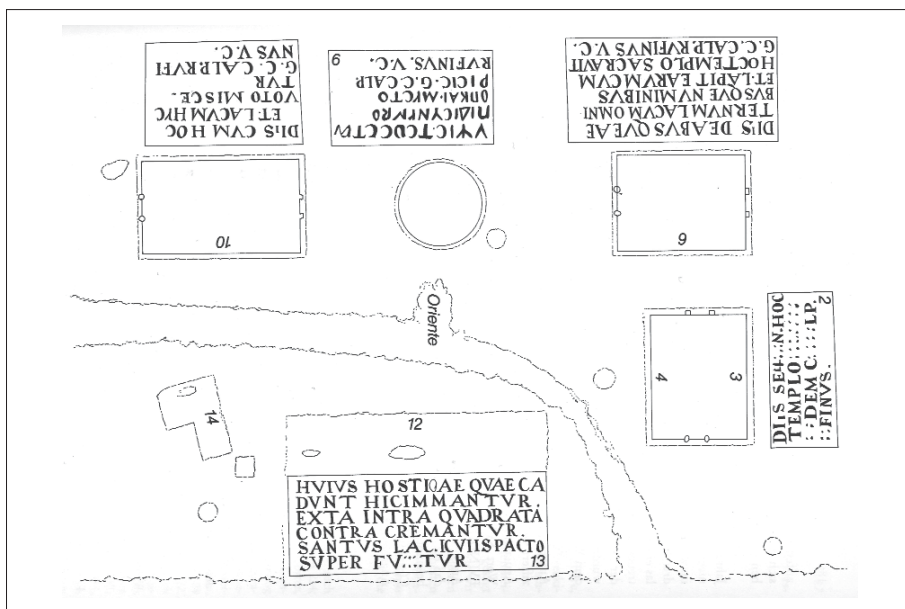


Fig. 2, conjunto epigráfico de Panóias, segundo esboço de Rodrigues de Aguiar (Rodríguez Colmenero 2000, 43).

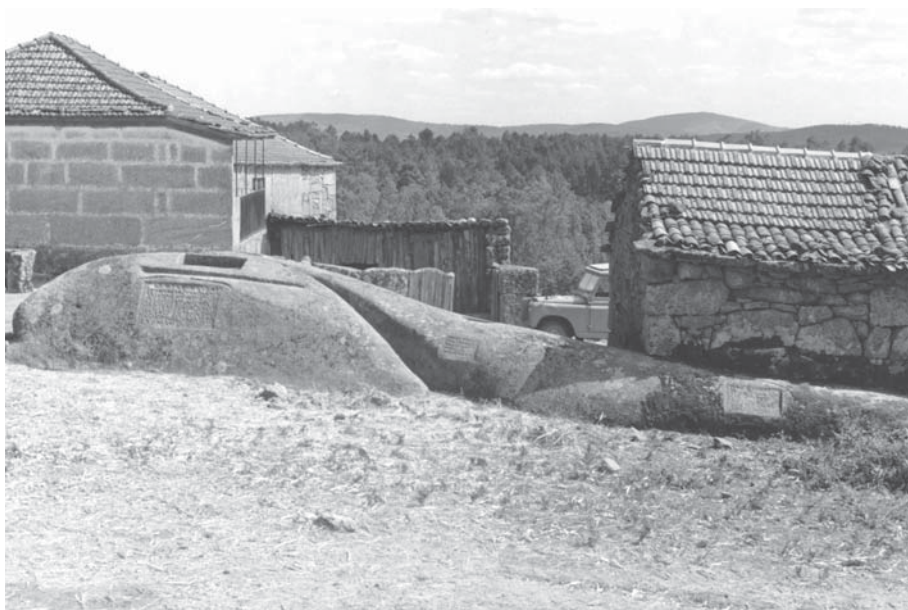


Fig. 3, vista geral do afloramento no qual se associam as inscrições rupestres a diversas cavidades (DAI, C 31-1).



Fig. 4, topo da terceira rocha do conjunto de Panóias, destacando-se, em primeiro plano, as cavidades circulares com canais de escoamento e os entalhes ortogonais posteriores (DAI, C 26-3).

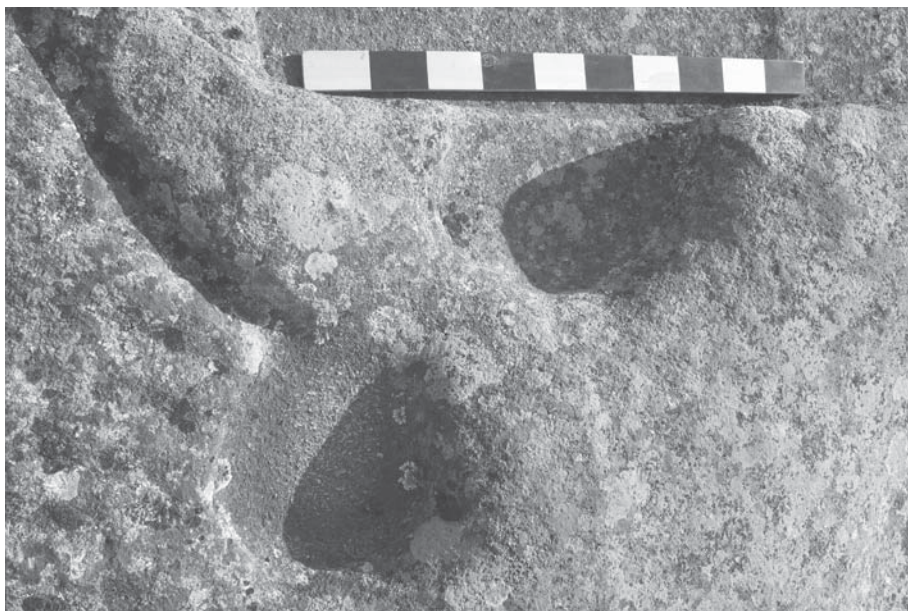


Fig. 5, pormenor da pia circular cortada pelos alicerces do pequeno templo aqui situado (MJS).



Fig. 6, “altar” do castro de Ulaca (MJS).



Fig. 7, formação rochosa onde se encontra situado o sítio de Rocha da Mina (MJS).

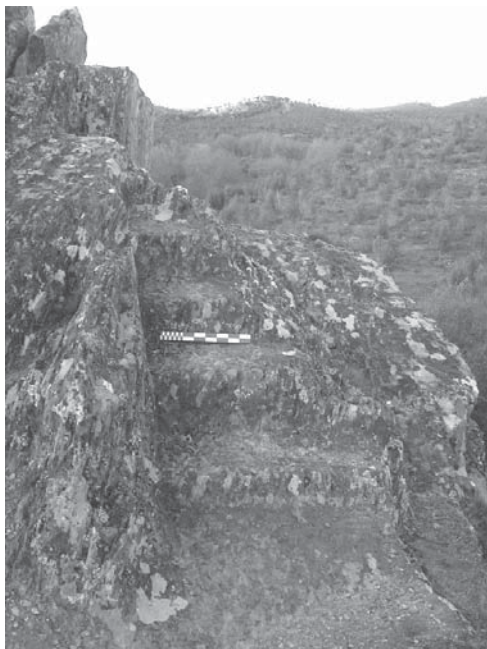


Fig. 8, sequência de degraus da Rocha da Mina (MJS).



Figs. 9 e 10, cavidade natural artificialmente desbastada junto aos degraus e pormenor dos orifícios que se observam nas suas paredes (MJS).



Fig. 11, aspecto geral do Cadeirão da Quinta do Pé do Coelho, em Vila Nova de Tazém (MJS).

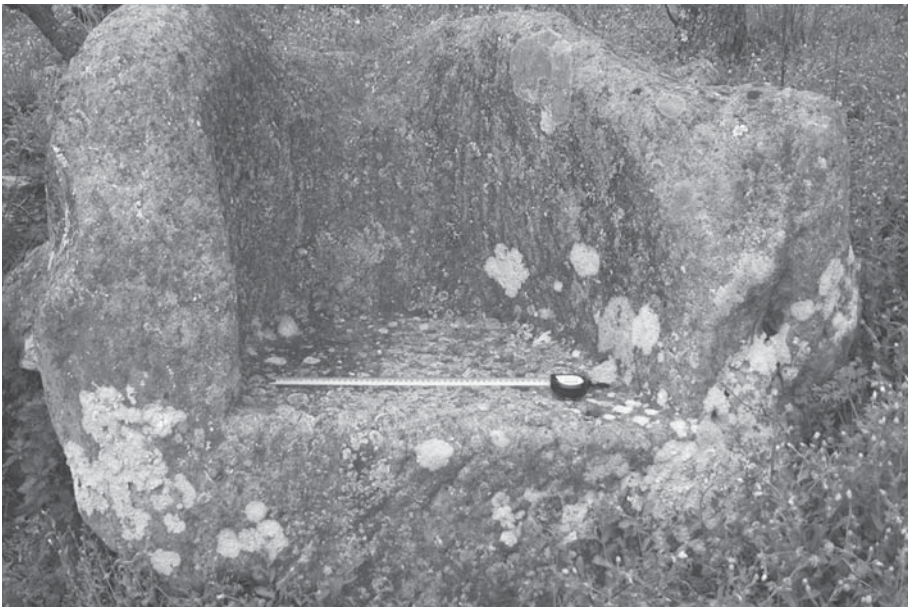


Fig. 12, bloco isento, na contiguidade do cadeirão, na Quinta do Pé do Coelho (MJS).



Fig. 13, estrutura talhada em forma de assento do sítio de Cadeiras dos Mouros (MJS).



Fig. 14, cavidades quadrangulares posicionadas diante da Cadeira dos Mouros (MJS).



Fig. 15, aspecto geral desta área do complexo, destacando-se em primeiro plano, a pequena pia circular com canal de escoamento à altura da cabeceira da “cadeira” (MJS).



Fig. 16, aspecto geral da estrutura de Pena Escrita, em Vilar de Perdizes (MJS).

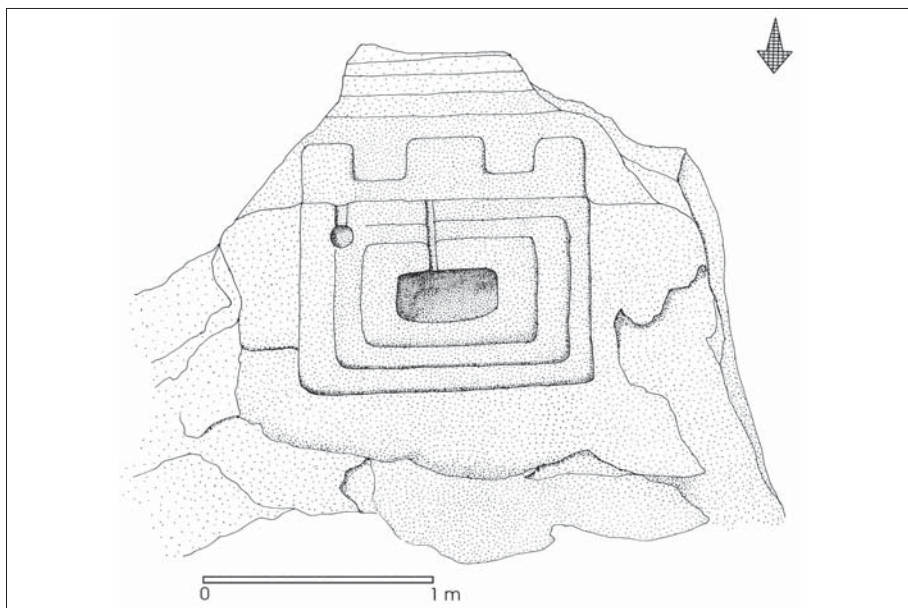


Fig. 17, plano da estrutura rupestre de Pena Escrita (MJS).



Fig. 18, proposta de reconstituição para o sítio de Pena Escrita (MJS).



Fig. 19, cavidade de origem natural, artificialmente desbastada e demarcada por motivos concêntricos do complexo rupestre de Botelhinha (MJS).

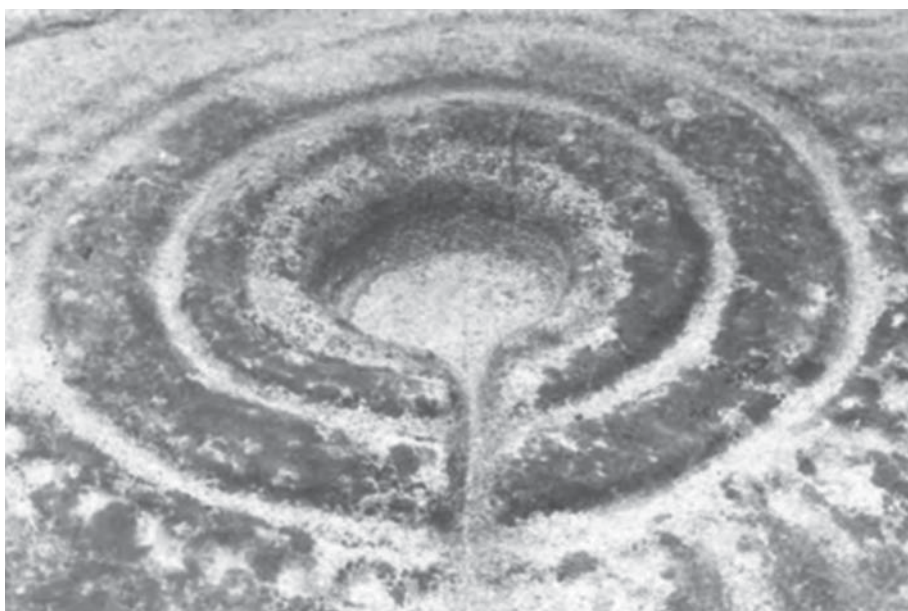
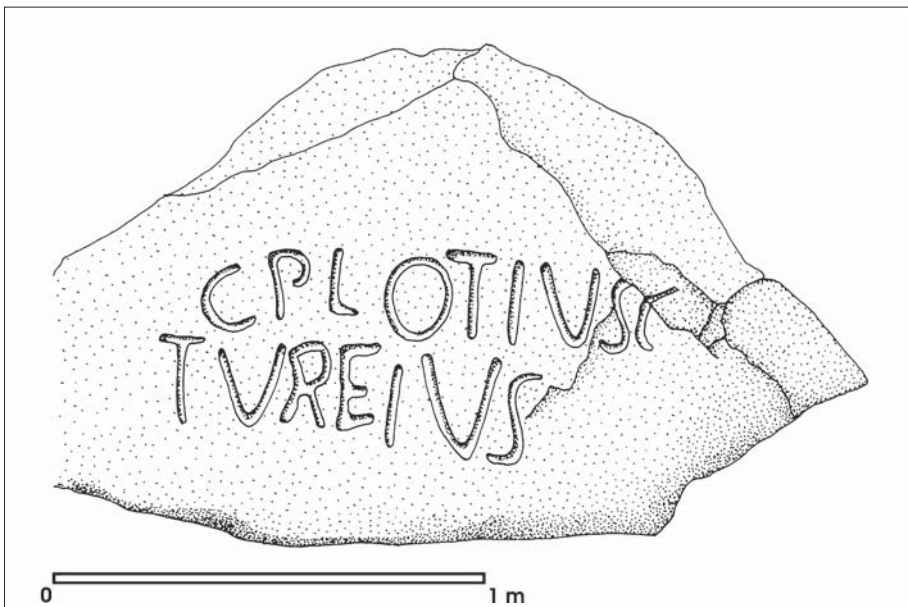
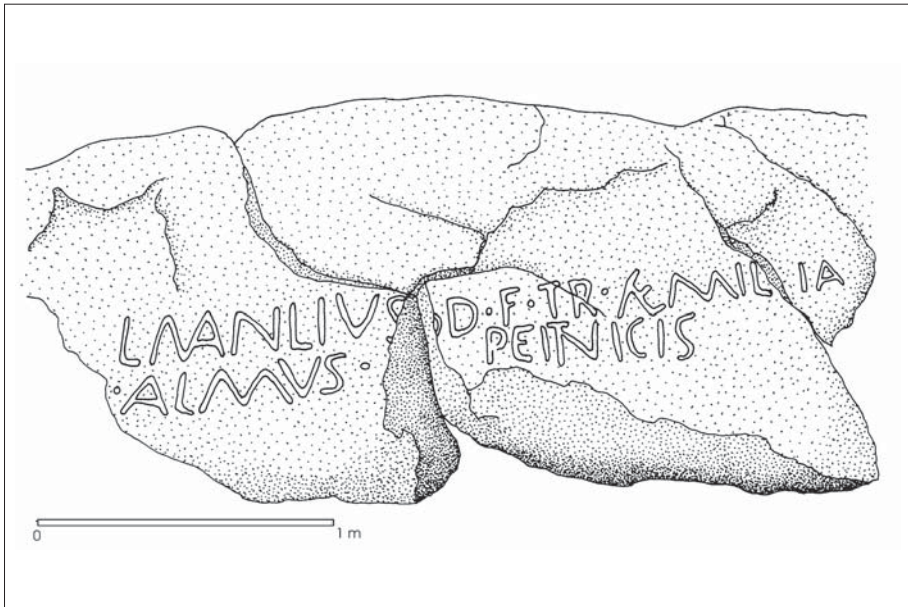


Fig. 20, pormenor do painel central da Laxe das Rodas (Hidalgo Cuñarro 2005, 127).



Figs. 21 e 22, pormenor dos podomorfos e mão gravados na Peña de Santa Maria e posição assumida ao colocar-se segundo indicam os motivos gravados (Benito del Rey & Grande del Brio 2000, 124-125).



Figs. 23 e 24, desenho sobre decalque das inscrições rupestres de Três Rios (MJS).

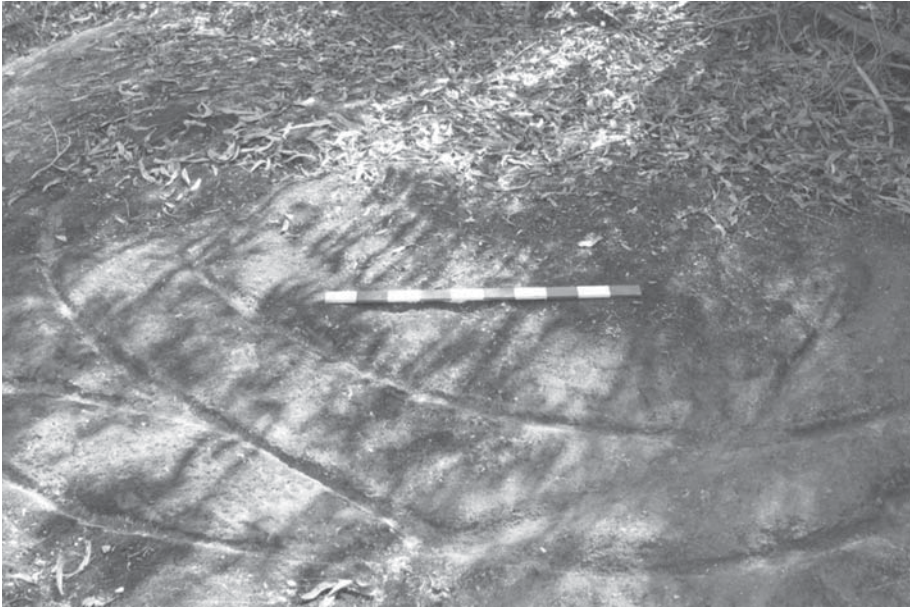
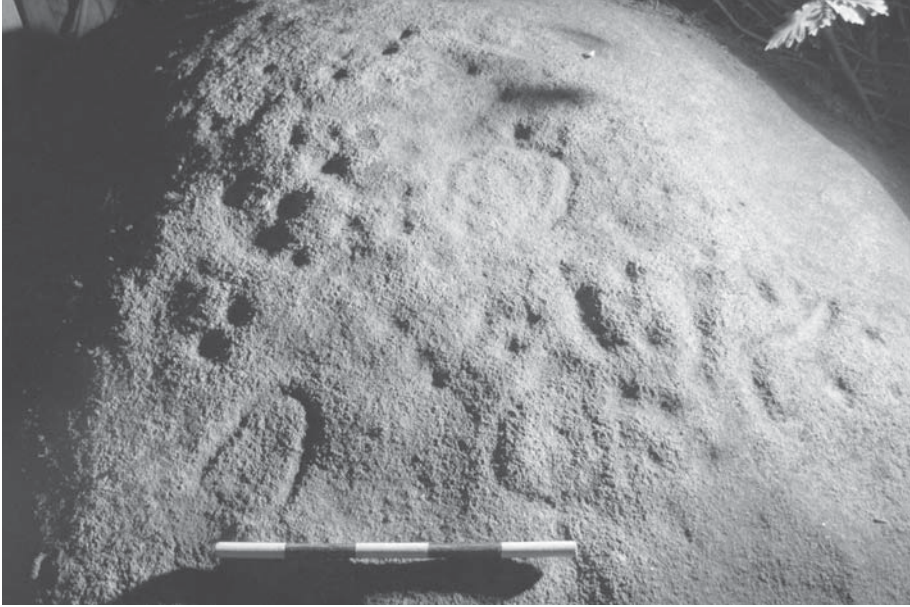


Fig. 25, gravura rupestre do sítio de Três Rios (MJS).



Fig. 26, inscrição rupestre nº 1 do sítio de Mogueira (MJS).



Figs. 27 e 28, gravuras rupestres do sítio de Mogueira (MJS).